



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 18 de abril de 2018

N.º 08/2018

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Manuel Joaquim Pisco Lopes e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, por se encontrar ausente em representação do Município, de acordo com o Despacho n.º 92/2018, anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

Faltou o Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira, por se encontrar ausente em representação do Município, de acordo com o Despacho n.º 93/2018, anexo à presente ata, sob o registo n.º 2.

O Sr. Vereador Fernando Manuel Monteiro, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Paulo Lopes – A primeira questão tem a ver com equipamentos que a Câmara recentemente reconstruiu, num dos casos construiu mesmo, e que estão desocupados há vários meses sem razão aparente. Refiro-me às antigas instalações do sindicato no Outeiro da Saúde que foi recuperado por fora. Não sei em que estado o imóvel está por dentro, mas por fora foi tudo recuperado quando pintaram todas as muralhas do outeiro e a infraestrutura no Museu do Trabalho, no Miradouro das Fontainhas, onde supostamente iria abrir um café, ou qualquer coisa do género. Certo é que se recuperou essas instalações, mas estão desocupadas. Gostava de saber se existe alguma razão específica para não estar aberto, porque já se passaram vários meses da sua recuperação.

Outra questão que coloco é um tema que já tem vindo a ser falado, até na comunicação social, e que tem a ver com a Estrada de Santas e com a sua recuperação. É um acesso que neste momento não reúne as mínimas condições de segurança e de mobilidade sendo um acesso importante, porque liga às Praias do Sado, ao Faralhão, a São Sebastião, ao Instituto Politécnico e ao parque industrial. Pelo que li na comunicação social, este ano aparentemente, não vai haver nenhuma intervenção, pelo menos foi o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião reportou numa entrevista que deu recentemente. Disse que só para o ano é que, eventualmente, iria haver uma intervenção. Gostava de saber se assim é e qual foi o critério usado para deixar de fora a recuperação desta estrada este ano.

Também há um tema em que existe alguma informação difusa e que tem a ver com a questão das caravanas na cidade. Sou frontalmente contra o uso e paragem de noite das caravanas na frente ribeirinha, acho que a descaracteriza. A maior parte daquelas caravanas não respeita os locais onde estão, ocorrendo numa zona utilizada pela população, que não tem as devidas condições para isto. Sou frontalmente contra, sendo que a Câmara disse que teria uma solução para resolver esse problema. O parque de campismo EcoParque do Outão, pelas vezes que passo por lá tem uma taxa de ocupação bastante baixa, portanto, não está a ser atrativo para os utilizadores deste tipo de turismo que começa a ter uma forte expressão. Gostava de saber o que é que a Câmara pensa propor para estas questões das caravanas. Se é pura e simplesmente proibir o estacionamento dentro da cidade, ou em partes da cidade, ou se existe alternativas.

Sr. Vereador Fernando Paulino – A primeira questão tem a ver com o pelouro do Sr. Vice-Presidente. Queria saber se a avaliação do SIADAP já está concluída, e não estando quero saber o impacto negativo que tem na progressão dos trabalhadores a sua não conclusão.

Outra questão tem a ver com uma estrutura na Avenida dos Combatentes. Em frente à antiga Ford existia um posto de combustíveis que foi desativado, mas as estruturas que suportavam as bombas de gasolina continuam lá e já há muitos anos. Continuam no passeio retirando alguns lugares de estacionamento e provocando até alguns acidentes aos transeuntes. Embora eu não saiba se existem ainda os depósitos no subsolo isto acontece numa zona nobre da cidade. Já que está a ser mexida deixo esta questão sobre a sua possível remoção.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Quanto à Estrada de Santas esta é uma das prioridades de intervenção do Município, portanto, não conheço essa decisão de não fazer este ano. Isto está decidido e é o mais depressa possível, aliás, já devia ter sido no final do mandato passado, mas na altura não conseguimos fazê-la. Estamos a ver e tendo em conta os custos que tem aquela intervenção e que não é só de pavimentação. Ao contrário do que se pode julgar é de drenagem pluvial, colocação de passeios e pavimentação, havendo um projeto global para aquela estrada. Estamos a ver se conseguimos concretizar isso o mais depressa possível, portanto, também estamos a ver da possibilidade de encontrar um mecenas que nos apoie nalguns aspetos daquela estrada, e daí estarmos a aguardar um pouco mais. De qualquer forma não há nenhuma ideia de atrasar o processo, é quanto mais depressa melhor, é esta a nossa apreciação. É com muita pena nossa que não conseguimos resolver no ano transato e na medida em que se pensou inicialmente de só fazer a pavimentação, mas depois

concluiu-se que isso não resolvia o problema e daí termos caminhado, para um projeto de drenagem pluvial, etc., e que assegure o conforto aos transeuntes. Na freguesia de São Sebastião, e também já no Sado e Gâmbia, realizámos o “Ouvir a População, Construir o Futuro”, e estamos na fase de concluir as intervenções que são feitas em cada um dos anos e em cada uma das freguesias. Neste caso é assim que possível, mas há muitas outras intervenções que estão pensadas e que serão analisados e priorizadas na União de Freguesias de Setúbal e também em Azeitão, quando fizermos a visita a essas freguesias. Há centenas de outras intervenções que estão a ser preparadas nas várias freguesias, mas essa de facto, é prioritária, é um eixo viário central e que serve empresas de grande importância. Inclusive vamos ter também a parceria com uma ou duas empresas na reabilitação da estrada. Estou a dizê-lo para o Sr. Vereador saber que a coisa está mesmo a ser tratada e está longe de ser esquecida.

Sr. Vice-Presidente – Sobre o Outeiro da Saúde há um aproveitamento das instalações, está lá instalada uma delegação do Rotary Clube, sendo que na parte mais à frente há poucas condições de ocupação. Aquilo foi provisoriamente um sindicato que agora tem outras instalações, mas não lhe posso de imediato responder sobre qual é a previsão e quais são as pretensões que existem em relação àquele espaço. Podemos ver se existem pretensões, ou alguma intenção do município, mas de momento não lhe sei dizer isso. No Miradouro de São Sebastião há uma requalificação feita na zona da entrada do museu e há um espaço, a que se está a referir, e que é para um pequeno café. Isso está para procedimento de adjudicação da gestão daquele espaço como cafetaria.

Naturalmente que as caravanas são problemas crónicos nossos desde há uns tempos, mas naturalmente que com a solução do Parque de Campismo do Outão há uma solução mais ou menos final, e se houver espaço para todas elas. Com a conclusão do parque de campismo, que está muito melhor do que já estive e já está em condições de utilização, as caravanas estão destinadas a ir para ali e com isso espera-se regularizar as coisas. A situação é provisória e por pouco tempo. Não sei se até ao verão a coisa ficará regularizada, mas o destino será a normalização do funcionamento do parque, conjugada com a proibição de estacionamento e paragens ilegais no resto da cidade e noutros espaços. Se há um parque para o campismo e para as caravanas é aí que serão permitidas.

O Sr. Vereador Fernando Paulino questionou sobre o SIADAP e é oportunamente que o faz, porque tínhamos previsto que no mês de abril faríamos a atualização das posições remuneratórias que o Orçamento de Estado para 2018 veio permitir. Creio que seremos uma das entidades públicas que mais rapidamente fará essa atualização. Poderá haver uma ou outra falha, mas genérica e sistematicamente os procedimentos as avaliações do SIADAP estão feitas. A finalização deste processo foi o que retardou isto em um mês. Se não houvesse esses atrasos se calhar em março já podíamos ter feito os pagamentos das atualizações, mas fechado o processo do SIADAP dos anos anteriores fez-se agora o processamento que já está fechado. Os trabalhadores da Câmara de Setúbal já poderão receber as atualizações das posições remuneratórias.

Quanto à questão da Avenida dos Combatentes esta vai ter um reperfilamento e quanto à bomba de gasolina o Sr. Vereador Carlos Rabaçal terá melhores e mais concretas informações.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Quanto às avenidas dos Combatentes e Daniel Sousa, e porque apanha as duas, vamos ter ali, além da estação elevatória e do emissário que vai colher todo o esgoto do Viso, também uma intervenção de substituição de toda a rede de abastecimento de água no mesmo percurso, e ainda a estação elevatória. Isso custa, grosso modo, 900 mil euros, com 85% de financiamento comunitário. Essa intervenção vai permitir retirar uma percentagem muito grande de esgoto da Ribeira do Livramento e do Naval. Isto vai enviar o esgoto para a ETAR, onde será tratado normalmente. Em termos superficiais o que está previsto para ali é uma rotunda na interseção dos Combatentes com a Daniel Sousa, onde estão os semáforos que penso que são dos mais aborrecidos da cidade. Há ali muita

espera e cria-se muita entropia. Vai haver também uma rotunda na interseção da avenida dos Combatentes com a avenida 22 de Dezembro e que vai ser um pouco estranha, porque vai ser longa e vai apanhar o Monumento aos Combatentes. Depois, está prevista a ligação desta intervenção e vai ser reperfilada a rua, vão ser retocados os passeios e os estacionamento, e vai ser feita uma intervenção que, no futuro, vai ter uma conexão com a Praça de Bocage, com uma elevação do piso a partir da avenida 22 de Dezembro. Isto criará uma praça na zona dos Combatentes que faz a ligação a esse nível elevado para a zona do Convento de Jesus. Entra um pouco na Avenida dos Combatentes e desce até à avenida Luísa Todi. Todo o piso é elevado e cria-se uma sensação de praça e de circulação pedonal distinta da atual, gerando-se um abrandamento de trânsito, etc... Esta intervenção, retirando as infraestruturas, é mais 500 a 600 mil euros e não tem qualquer contribuição comunitária, é integralmente feita com fundos municipais. Assim, vamos ter que encontrar financiamento para isso, mas neste momento o projeto está em finalização de execução. Não sei é se conseguimos iniciar essa intervenção antes de acabar o emissário. Temos ali ainda mais uns seis meses de obra para a central elevatória, mas o emissário está praticamente pronto. Se não conseguirmos iniciar essa intervenção de fundo vamos ter de fazer ali um banho de pavimento que está neste momento em terra batida e para manter o trânsito a fluir melhor. Depois faremos então a intervenção que não irá demorar muito tempo. O objetivo é fazer aquilo antes das chuvas de maneira a que se consiga ter ali uma boa solução antes do inverno. É isto que se pode dizer sobre a avenida dos Combatentes na sua integração com a rua General Daniel Sousa e a avenida 22 de Dezembro. Sobre as bombas não sei exatamente o ponto de situação disso, terei de ir ver e depois o Sr. Vice-Presidente depois encaminhará a resposta.

Sr. Vereador Pedro Pina – Dou nota de uma iniciativa, sem prejuízo de muitas outras que se vão realizando na cidade, mas não posso deixar de me congratular e tendo a responsabilidade da área do Desporto, por mais um triatlo em Setúbal. É uma prova que sem prejuízo de todas as outras que vamos tendo a possibilidade de acolher, responde àquilo que é uma visão estratégica de considerar o rio, a serra e o espaço de cidade como equipamento privilegiado para o acolhimento de iniciativas desta dimensão. Refiro-o também porque considerando que no ano de 2017 tivemos a primeira iniciativa e o primeiro triatlo longo da cidade, o avanço que se deu de um ano para o outro foi substantivo com um aumento em mais de 200 atletas nesta edição e com mais 15% de atletas que vêm de outros pontos da Europa e do mundo, desde atletas brasileiros, venezuelanos, e cerca de 100 atletas espanhóis. Isto dá também sinal de uma prova que tem uma componente acima de tudo desportiva, mas também tem uma atratividade para esta componente do desporto turístico, considerando-se a prova que se realiza em Setúbal como uma de excelência.

Ainda a propósito de iniciativas queria ressaltar uma que teve o seu início esta tarde, e refiro a mesma porque amanhã se assinala o Dia da Elevação de Setúbal a Cidade. Esta foi uma proposta que a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão dirigiu à Câmara Municipal, que prontamente se disponibilizou para acolhê-la e ser coorganizadora da mesma. Isto a ver com a iniciativa designada Património Arquitetónico Civil de Setúbal e Azeitão. A proposta insere-se também no quadro de programação de elevação de Setúbal a cidade e a LASA manifestou o interesse de poder fazer uma discussão convidando peritos das mais diferentes áreas e que pudessem explicar o seu conhecimento, desde a questão do arquivo à questão do património histórico, à característica dos próprios edifícios, o que nos pareceu ser uma iniciativa relevante no quadro da data que amanhã se assinala.

Sr. Vice-Presidente – Queria também dar uma informação ao Município, à Câmara Municipal e à população, especialmente à de Azeitão, com bastante relevo. É o facto de ontem ter sido lançada a primeira pedra da construção da nova Fábrica Carmona. Este processo só na fase de licenciamentos decorreu durante 6 anos, foi um processo difícil e de alguma coragem dos próprios empresários que arriscaram desinstalar uma fábrica de um local no concelho de Setúbal para a voltar a instalar no mesmo. É de se reconhecer isto e que ainda preservaram a maioria dos trabalhadores da fábrica, são locais e permanecerão com um emprego na região.

Assim, depois de desativada a fábrica que agora está a funcionar em Azeitão, que se desfaçam as preocupações dos moradores daquela área. Aparentemente quase todos, senão todos, foram para lá depois da fábrica estar licenciada e a funcionar. Julgo que esta nunca apresentou parâmetros fora dos legais nas análises ambientais, e, no entanto, era motivo de contestação. A fábrica vai ficar instalada num polo de indústria ambiental, na Sapec Bay, na Mitrena, junto ao CITRI. Penso que o prazo de construção será de cerca de 9 meses a um ano, portanto, dentro de algum tempo e com um prazo à vista teremos aqui uma solução de um velho problema social sentido naquela zona, ficando resolvida a polémica que vinha existindo há alguns anos. Deixo esta informação e o apreço que o Município deve ter pelos investidores e industriais que arriscam na condição de manter os seus investimentos no concelho.

Sr. Vereador Pedro Pina - Leu a saudação “Clube Naval Setubalense – Campeonatos Nacionais de Fundo”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 8:

“Decorreram no passado dia 8 de abril de 2018, na localidade da Lomba (Gondomar), os Campeonatos Nacionais de Fundo, organizados pela Federação Portuguesa de Remo e pelo Clube Naval Infante D. Henrique, evento que contou com a participação de cerca 23 Clubes Nacionais e com um total de 420 atletas dos escalões Juvenis, Juniores, Seniores e Veteranos de ambos os sexos (masculinos e femininos).

A secção de Remo do Clube Naval Setubalense participou com 13 atletas, tendo tido como resultados de maior destaque:

Simão Simões sagrou-se campeão nacional de juniores em 1x.

Os irmãos Afonso Costa e Dinis Costa também subiram ao pódio, sagrando-se vice-campeões nacionais seniores em 2x.

Para além destes destaques, os atletas do Clube Naval Setubalense obtiveram ainda outros resultados de grande valia.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda os resultados dos remadores do Clube Naval Setubalense, e felicita pela contribuição no prestígio e reconhecimento de Setúbal no desporto nacional e internacional.”

Sr. Vereador Paulo Lopes – Obviamente que o Partido Socialista se associa esta saudação, e mais do que nos associarmos penso que é importante que o Clube Naval Setubalense, que passou por momentos muito complicados do ponto de vista financeiro e que agora conseguiu ganhar alguma estabilidade nessa matéria, consiga ganhar novamente o prestígio que outrora teve na cidade. Isto porque passou por momentos mesmo muito negros há uns anos atrás. Felizmente parecem estar ultrapassados, e que os resultados desportivos possam agora ser um novo objetivo, os resultados obtidos na competição, e não só, mas também o incremento de atletas. Para isso penso que a Câmara Municipal seguramente estará disponível para o que o Clube Naval é, sem dúvida alguma o segundo maior clube da cidade, logo a seguir ao Vitória Futebol Clube. Como ex-atleta de remo do Naval não poderia deixar, como é óbvio, passar isto em claro.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Também não podia deixar de me associar a esta saudação até porque sou sócio do Clube Naval. É um clube de extrema importância na cidade, um dos mais antigos, e, tal como Sr. Vereador Paulo Lopes referiu, passou por momentos, de facto, muito difíceis, nomeadamente do ponto de vista financeiro. Felizmente, parece que está a retomar o bom caminho e isso deve-nos encher a todos de orgulho uma vez que é necessário que este clube tenha a capacidade financeira para continuar a desenvolver, nomeadamente, os desportos náuticos que são importantíssimos para a cidade. Estamos, com certeza, a apoiar esta saudação.

Submetida a votação, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Sandra Gomes – Leu a moção “158.º Aniversário da Elevação de Setúbal a Cidade” ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

“Setúbal terra feita de mar, de rio e de serra, terra de poetas e trovadores, de artesãos e pescadores, terra de mil e uma cores, com seus barcos ancorados sobre o azul do sado. Setúbal foi “notável vila” por ordem de D. João III em 1525. Foi terra importante e respeitada, foi também terra sofrida, mas sempre soube transformar-se, lutar e reerguer-se como uma terra de gente que vive e sofre, mas que luta e vence.

Para além dos séculos fica uma terra de avanços significativos no seu desenvolvimento económico, social e político, muito por conta do rio e da sua riqueza, como o sal e o aparecimento das primeiras fábricas de conserva de sardinha a par da chegada do caminho-de-ferro e do natural crescimento populacional e urbanístico que dariam uma importância maior a Setúbal que seria reconhecida com a elevação a cidade em 19 de abril de 1860 por D. Pedro V.

Setúbal foi e será sempre uma terra ligada ao desenvolvimento e prosperidade feitos de vontades das suas gentes, com avanços e recuos, com luta permanente pela sua própria identidade, pela afirmação de uma terra de todos e para todos, onde se possa viver e trabalhar. Setúbal será sempre uma terra orgulhosa das suas belezas naturais, do seu rio do seu mar, da sua serra e sobretudo das suas gentes, generosas a receber, gente que vive e sente o que é Setúbal.”

Submetida a votação, foi a moção aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu a moção “44.º Aniversário do 25 de Abril” ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

“Com mãos se faz a paz se faz a guerra.

Com mãos tudo se faz e se desfaz.

Com mãos se faz o poema – e são de terra.

Com mãos se faz a guerra – e são a paz.

Com mãos se rasga o mar. Com mãos se lavra.

Não são de pedras estas casas mas

de mãos. E estão no fruto e na palavra

as mãos que são o canto e são as armas.

E cravam-se no Tempo como farpas

as mãos que vês nas coisas transformadas.

Folhas que vão no vento: verdes harpas.

De mãos é cada flor cada cidade.

Ninguém pode vencer estas espadas:

nas tuas mãos começa a liberdade.”

E eis que foi pelas mãos dos soldados de Abril que a tão desejada liberdade, poeticamente descrita nestes versos de Manuel Alegre, chegou finalmente ao raiar do dia 25 de Abril de 1974 e ao som da eternizada “Grândola, Vila Morena” como música de fundo.

O primeiro dia do resto da nossa vida, livre e democrática enquanto povo e nação, e que ficará para sempre eternizado na história desta nossa quase milenar nação valente e imortal, como “A Revolução dos Cravos” e que de forma pacífica e ordeira instaurou um regime democrático, livre e plural.

Mas celebrar o 25 Abril é muito mais do que comemorar anualmente uma histórica e indelével efeméride e evocar e prestar tributo a todos os que de forma direta ou indireta tornaram possível a sua realização e lhe conferiram expressão constitucional.

Celebrar o 25 de Abril é celebrar, hoje e sempre, os valores da liberdade, da igualdade, da fraternidade e da democracia como esteios da nossa emancipação política, económica, social e cultural, enquanto povo e enquanto nação e que nos afirmaram e fizeram senhores do nosso próprio destino.

Celebrar Abril é celebrar as suas inalienáveis conquistas como o Serviço Nacional de Saúde, o Ensino Público e Universal, o Estado Social, o Poder Local democrático, o sufrágio livre e

universal, o Salário Mínimo Nacional, a plena Cidadania das mulheres, a Constituição da República Portuguesa, entre tantas outras.

Com efeito, a forma como hoje vemos o mundo confronta-nos para um desafio permanente pela prevalência das conquistas adquiridas, mas que diariamente são postas em causa.

Assim, o tempo presente e futuro convocam-nos para o combate político pela afirmação e defesa intransigentes dos direitos, das liberdades e das garantias de Abril, aquém e além-fronteiras, pelo progresso, pela justiça, pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade dos povos e das nações.

Somos, assim, chamados a ser parte ativa e integrante de um projeto político de democracia, que, pela via da multilateralização e da cooperação internacional, afirme e faça valer o seu primado da liberdade, perante a globalização e dos mercados; da segurança internacional; dos movimentos demográficos e dos fluxos migratórios; das redes e das novas tecnologias, de informação e comunicação; das alterações climáticas; das dinâmicas emergentes de uma revolução digital pós-industrial.

Temos, portanto, de nos arrogar a assunção de protagonizar um projeto que nos torne capazes de conceber politicamente a liberdade à luz do nosso tempo e da sua substância, em nome de uma sociedade universal liberta não só do estigma do medo, da ignorância, da pobreza e da dinâmica do imediato e do provisório, mas também do preconceito, do ódio, da guerra, da intolerância, da falta de solidariedade, e que não se deixe, jamais, manietar pelo oportunismo populista dos nacionalismos isolacionistas que diariamente põem à prova a resiliência das nossas instituições democráticas.

A dificuldade do desafio em nada nos deve atemorizar, mas antes agigantar-nos na resistência e na luta, com a mesma magnanimidade, coragem, convicção e determinação com que os protagonistas de Abril forjaram um novo horizonte coletivo de esperança, livre e democrático.

Um horizonte que também passará impreterivelmente por Setúbal e pelas suas gentes, a “cidade sem muros nem ameias” das canções de Zeca Afonso, a cidade que é capital e dá nome ao distrito onde fica Grândola, a eterna vila morena e terra da fraternidade, a cidade de Bocage e da sua “querida e suspirada liberdade”.

Solenizar, evocar e perpetuar o 25 de Abril é, portanto, honrar hoje, amanhã e sempre, em Portugal, na Lusofonia, na Europa e no Mundo, a nossa história, a nossa memória e a nossa identidade coletivas, enquanto povo e nação livres e senhores do seu destino. Porque afinal, como nos recorda Maria Teresa Horta no seu poema “Liberdade”:

“Pôr no Peito a Liberdade

Dobada na sua entrega

Compondo alma e avesso

Que, mesmo assim, não sossega

Liberdade sem bandeira

Em país reencontrado,

Coração incendiado

Num Portugal que, por certo,

Não lhe quer perder o hábito

Flor posta à botoeira,

Cousa que brota e não cessa

E rara experiência, essa,

Poder escrever liberdade,

Sendo livre e já sem pressa.”

Sr. Vice-Presidente – Admito fazer já o arranque da discussão, porque me parece que esta moção tem um intuito consensual que não é de desprezar. Parece-me que tem um pormenor que podia levar a alguma discussão e facilmente afastar-nos-íamos se minha leitura está correta. No final da primeira página, na última linha, onde se diz que “a cooperação internacional afirma e faça valer o seu primado da liberdade à luz da globalização e dos mercados”, mas julgo que o sentido é “faça sentir o primado da liberdade perante a

globalização e os mercados”, é isso? Porque “à luz” significa um seguimento, assim a palavra seria “perante” os mercados, etc... Se aceitarem esta pequena alteração vamos então votar.

Submetida a votação, foi a moção aprovada com as alterações introduzidas, por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Eugénia Silveira – Leu a moção “44.º Aniversário do 25 de Abril de 1974”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“Celebrar o dia em que a liberdade renasceu em Portugal é invocar a luta de todos os antifascistas que batalharam durante quase meio século pela instauração dos mais elementares direitos.

É glorificar os que, nas prisões salazaristas, sofreram a tortura da odiosa polícia política do regime; é homenagear os que, privados de liberdade, nunca desistiram da força das suas ideias, os que sempre acreditaram que era possível um Portugal livre, solidário, justo e onde todos pudessem exigir a igualdade e a fraternidade.

Abril valeu a pena.

Abril continua a valer a pena.

Comemorar a Revolução de Abril é não esquecer o caminho que se percorreu na melhoria das condições de vida de um país que foi incompreensivelmente, mas orgulhosamente, atrasado.

Um país em que o obscurantismo era a regra que impunha o silêncio aos que se atreviam a desejar uma vida melhor.

Comemorar Abril é celebrar o enorme trabalho do povo português para construir uma pátria melhor, mais justa, mais fraterna e solidária.

É, acima de tudo, invocar a necessidade de fazer cumprir os valores que presidiram à ação dos que acreditaram e acreditam que é possível construir uma sociedade mais justa, mais equilibrada.

O Portugal do pós-25 de Abril modernizou-se, cresceu, desenvolveu-se.

Foi a partir daí que os portugueses recuperaram a esperança e a liberdade, que se viram livres de injusta e sangrenta guerra colonial e de odiosa polícia política.

Abril instaurou a democracia, legalizou os partidos políticos, aboliu a censura, criou um Estado de Direito.

Ganhámos uma nova Constituição da República que consagra vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, reforçaram-se os direitos das mulheres, instituiu-se a licença de parto e um período de férias pagas que pode variar entre um mínimo de 21 dias e um máximo de 30 dias consecutivos.

Abril consagrou o subsídio de desemprego, estabeleceu o salário mínimo nacional, regulou o direito à greve e o exercício da liberdade sindical.

Com a revolução foram proibidos os despedimentos sem justa causa, estabeleceu-se o regime da contratação coletiva, iniciou-se a redução progressiva do horário de trabalho, criou-se a pensão social para pessoas que não tivessem descontado para a previdência.

Desenvolveu-se decisivamente a solidariedade social, ganhámos o direito de eleger os nossos representantes nas autarquias e de sermos eleitos.

Graças ao Poder Local Democrático instituído com as eleições autárquicas de 1976 foi possível levar a eletricidade a milhares de famílias, construir milhares de quilómetros de redes de abastecimento de água e saneamento básico, retirar do isolamento dezenas de aldeias.

A alfabetização e a educação chegaram aos pontos mais recônditos do país, foram construídos milhares de escolas num país atrasado por quase cinquenta anos de obscurantismo, abriram-se as portas das universidades a quem nem sequer podia sonhar em ser licenciado e aumentaram exponencialmente as qualificações académicas dos portugueses.

Abril permitiu a criação do Serviço Nacional de Saúde, lançou vasta rede de prestação de cuidados de saúde.

Lançaram-se as condições para que todos pudessem ter acesso à cultura e ao desporto e foram edificados novos equipamentos culturais em locais onde a cultura nunca tinha chegado. A revolução que hoje comemoramos acabou com o isolamento internacional de Portugal e construiu um país democrático.

Abril é muito mais do que passado, é futuro.

25 de Abril sempre!"

Submetida a votação, foi a moção aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Leu a moção “1.º de Maio – Dia do Trabalhador”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

“O Dia do Trabalhador, celebrado a 1 de Maio, tem a sua origem em 1886 nos Estados Unidos, data da primeira grande manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago e que originou uma greve geral em todo o país norte-americano.

Em Portugal, os trabalhadores Portugueses assinalaram o 1.º de Maio no primeiro ano da sua celebração internacional, em 1890.

Mas o 1.º de Maio consubstancia-se em mais do que uma celebração internacional da união dos trabalhadores, em mais do que o reconhecimento dos primórdios das organizações de defesa dos trabalhadores e ainda em mais do que o assinalar das primeiras reivindicações de direitos laborais.

O 1.º de Maio é a celebração de um progresso civilizacional, é o reconhecimento de que as mulheres e homens que trabalham não são números, máquinas ou ferramentas de trabalho, mas são sim, acima de tudo, seres humanos, portadores de deveres, direitos, liberdades e garantias, bem como de legítimas aspirações a condições de vida e de trabalho melhores e mais dignas.

Esta consciência coletiva da nossa humanidade, surge do confronto com as condições de trabalho e desumanidades a que os trabalhadores foram sujeitos na era da revolução industrial. Graças ao 1º de Maio conquistou-se o Direito a sermos Trabalhadores que constroem e criam e a sermos reconhecidos, recompensados e dignificados pelo nosso trabalho.

A titularidade de direitos laborais é uma conquista civilizacional realizada por todos aqueles que trabalham, uma conquista que ainda hoje, tal como no passado se realiza.

Uma luta que resiste e persiste enquanto existir o desejo de progresso humano.

Neste dia, onde se assinalam tantas lutas travadas e tantas outras ainda por travar, evocar e celebrar o 1º de maio é lutar pela dignificação do valor do trabalho, por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego e contra a precariedade, assim como pela igualdade entre homens e mulheres e pela constante qualificação dos trabalhadores.

Neste 1º de Maio que mais uma vez celebramos nunca é demais saudar e prestar tributo a todos os trabalhadores, mulheres e homens, que diariamente constroem com as suas mãos e esforço, a nossa sociedade em todas as áreas do trabalho e em particular todas as jovens gerações que procuram agora o seu lugar no mercado de trabalho, e que lutam para permanecer no nosso país e aqui construir o seu e o nosso futuro, por um Portugal Melhor, com mais crescimento, melhor trabalho e maior igualdade.”

Submetida a votação, foi a moção aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Leu a moção “1.º de Maio”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

“A Câmara Municipal de Setúbal Municipal de Setúbal saúda, por ocasião da celebração do Dia dos Trabalhadores, todos os que se empenham na luta e exigência por mais e melhores direitos laborais, por mais e melhor justiça no trabalho e na repartição das mais-valias que gera.

Sem a luta responsável e conseqüente dos trabalhadores, sem a persistência daqueles que sabem que podemos construir um mundo melhor, a vida das pessoas seria hoje bastante pior.

É a luta pacífica, criadora e progressista dos trabalhadores a principal responsável pelos enormes avanços civilizacionais que se operaram desde 1886, quando, em Chicago, os trabalhadores iniciaram jornadas de luta para exigir a jornada de trabalho diária com a duração de oito horas.

Hoje, apesar de enormes avanços, continuam a fazer todo o sentido as lutas dos trabalhadores que, por todo o mundo, inspirados também pelos que, em Boston, começaram a lutar pela jornada de oito horas, insistem em conquistar justos direitos que lhes continuam a ser negados.

Por isso, vale a pena esta Câmara Municipal apelar à participação de todos os trabalhadores nas comemorações do Dia do Trabalhador para recordar que vale sempre a pena lutar por mais e melhor futuro."

Submetida a votação, foi a moção aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Leu a moção "19 de Abril – Elevação de Setúbal a Cidade", ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 14:

"Celebramos, no dia 19 de abril, a elevação de Setúbal, no que foi um ato de absoluta justiça, na altura, perante o crescente desenvolvimento do que era então uma das maiores vilas do reino, em população e em crescimento económico.

Pouco mais de século e meio se passou e Setúbal continua a crescer, a reforçar a sua importância, com a plena consciência de que será sempre uma das mais importantes cidades europeias, sem esquecer, nunca, o seu posicionamento local como grande capital de toda a região do Sado.

Somos importantes pelo que somos, pelo que produzimos, pela riqueza que geramos para a economia nacional como quarto concelho do país que maior volume de exportações apresenta.

Somos importantes pelas indústrias que aqui laboram, pelas atividades económicas que nascem, crescem e se multiplicam.

Somos importantes pela rica atividade cultural que aqui floresce, pelo património histórico que albergamos e preservamos.

Mas somos importantes, acima de tudo, por causa de todos os que fazem desta grande cidade a sua cidade, nascidos ou não à beira do Sado.

Os setubalenses e azeitonenses são o nosso maior ativo.

São eles que constroem a cidade todos os dias; são eles que, onde quer que estejam, recordam o que é Setúbal; mostram Setúbal.

Neste dia em que celebramos a elevação de Setúbal a cidade celebremos, antes de mais, o sermos setubalenses.

O sermos uma grande cidade com forte personalidade."

Submetida a votação, foi a moção aprovada, por unanimidade e em minuta.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Índice

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 21 de março de 2018.**

2. **Deliberação n.º 16/18 – Proposta n.º 06/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para alienação de um edifício, sito na Rua Francisco José Mota, n.ºs 54 e 56, da freguesia de São Sebastião, no concelho de Setúbal – Retificação.**
 3. **Deliberação n.º 108/18 – Proposta n.º 25/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Fornecimento contínuo de gasóleo para abastecimento das viaturas da frota municipal – Concurso Público N.º 7/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP.**
 4. **Deliberação n.º 109/18 – Proposta n.º 26/2018 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2017.**
 5. **Deliberação n.º 110/18 – Proposta n.º 27/2018 – DAFRH/DIGEF – 4.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 6. **Deliberação n.º 111/18 – Proposta n.º 28/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de concurso público para a prestação de serviços de seguros para os ramos de acidentes de trabalho, multirriscos, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico, responsabilidade civil e acidentes pessoais, pelo período de 24 meses. Concurso Público N.º 10/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP.**
 7. **Deliberação n.º 112/18 – Proposta n.º 29/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência a título gratuito sobre uma parcela de terreno, sita na Azeda, Freguesia de São Sebastião, à CHESETÚBAL – Cooperativa de Habitação e Construção Económica de Setúbal, CRL.**
 8. **Deliberação n.º 113/18 – Proposta n.º 30/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, junto à Praceta da Lanchoa, Freguesia de São Sebastião.**
 9. **Deliberação n.º 114/18 – Proposta n.º 12/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Regulamento Específico de Zonas de Estacionamento Controlado na Praia da Figueirinha.**
 10. **Deliberação n.º 115/18 – Proposta n.º 07/2018 – DOM – Empreitada “Requalificação do Parque Escolar – 3.ª fase” – Consulta prévia – Adjudicação.**
 11. **Deliberação n.º 116/18 – Proposta n.º 07/2018 – DAAE/DIHU – Protocolo de Colaboração e Cooperação com a LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A., Tico & Teco – Associação de Luta e Prevenção Contra o Abandono Animal e Multipet – Indústria e Comércio, Lda., no controlo da sobrepopulação de felídeos.**
 12. **Deliberação n.º 117/18 – Proposta n.º 09/2018 – DAAE/DIHU – Doação de verba ao Município.**
 13. **Deliberação n.º 118/18 – Proposta n.º 40/2018 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de maio a agosto de 2018.**
 14. **Deliberação n.º 119/18 – Proposta n.º 41/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao Grupo Desportivo “O Independente”, pela participação no XIII Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal.**
 15. **Deliberação n.º 120/18 – Proposta n.º 09/2018 – GVRO/GABS – Aceitação de doações – Natal Solidário 2017 – Retificação da proposta n.º 01/2018/GVRO/GABS (Deliberação n.º 28/18).**
 16. **Deliberação n.º 121/18 – Proposta n.º 08/2018 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2018.**
- C) Período destinado à intervenção do Público

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 21 de março de 2018

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Paulo Lopes e Fernando Monteiro, por não terem estado presentes nesta reunião.

2. Deliberação n.º 16/18 – Proposta n.º 06/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Hasta pública para alienação de um edifício, sito na Rua Francisco José Mota, n.ºs 54 e 56, da freguesia de São Sebastião, no concelho de Setúbal – Retificação

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 20, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 108/18 – Proposta n.º 25/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Fornecimento contínuo de gasóleo para abastecimento das viaturas da frota municipal – Concurso Público N.º 7/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 24, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 109/18 – Proposta n.º 26/2018 – DAFRH/DIGEF – Prestação de Contas 2017

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26.

Sr. Vereador Paulo Lopes – O orçamento de 2017 previa um valor global de 131 milhões de euros e o Partido Socialista votou contra por considerar, entre outras razões, que se tratava de um orçamento irrealizável pois continha receitas empoladas, e por isso mesmo havia despesas que eram impossíveis de concretizar. A prestação de contas teve uma execução orçamental praticamente igual a 2016, e inferior a 2015 em 62%, apresentando um volume global de 82 milhões de euros. Isto é inferior aos 83,3 milhões de 2016. Portanto, confirma-se assim uma baixa execução face aos compromissos que foram apresentados no orçamento. Ao nível das Grandes Opções do Plano, que se representam através do plano plurianual de investimentos e do plano de atividades do município, as ações do investimento grosso do município previsto para o ano de 2017 também teve uma fraca taxa de execução. Por exemplo, ao nível das funções sociais, a taxa de execução financeira da despesa efetuada ficou em 34,9%. Dentro desta área a educação teve uma execução da despesa de 33%, a saúde 38%, a habitação 52%, o território 25%, o saneamento 25%, a proteção do meio ambiente e conservação da natureza 18%, e a cultura 27%. De frisar que na habitação a recuperação de casas do Município, na execução da despesa no PPI, foi apenas de 19%. Apesar de haver esta fraca execução, no nosso entendimento, o passivo total do Município ascendeu a 111 milhões de euros, tendo subido 6 milhões face a 2016. Aqui ocorreu um aumento de 11 milhões nos acréscimos e nos deferimentos. Gostaria de perceber porque é que ocorreu um aumento tão significativo nesta rubrica, porque no relatório não consegui perceber qual é a razão, e é um aumento substancial. Os compromissos por pagar atingiram os 29 milhões de euros, o que também representou um aumento de 1,3 milhões face ao ano

anterior. Isto apesar de os compromissos assumidos ao longo do ano terem baixado cerca de 4 milhões de euros, portanto, também não percebi porque é que isto acontece. A lista de credores do município é extensa. Curiosamente gostaria também de saber porque é que o PCP é credor da Câmara Municipal com 610 euros. Foi livros, foi serviços, ou se calhar cassetes? É curioso que até aos partidos políticos já estão inseridos na lista de credores da Câmara. O prazo médio de pagamentos a fornecedores subiu, passou para 216 dias, mais 10 dias do que em 2016, o que é uma situação que consideramos inaceitável face à esmagadora maioria dos 308 concelhos, só 44 é que pagam acima dos 90 dias. A receita corrente teve um acréscimo face a 2016, o IMI, o IUC, o IMT e a Derrama, sendo que os impostos diretos subiram 2,9%, cerca de mais 1,2 milhões de euros em relação ao ano transato, num total de mais de 40 milhões de euros. Os impostos indiretos com particular enfoque no Urbanismo tiveram uma subida de quase 27%, impulsionados naturalmente pela dinâmica de urbanismo que assola o País e que beneficiou imenso a receita dos municípios, e aqui em Setúbal também. Este facto do aumento da receita vem de alguma maneira, no nosso entendimento, provar que é possível baixar a taxa do IMI para ser cobrada em 2019, porque a manter-se esta dinâmica, e espera-se que sim a nível nacional, com o imobiliário a crescer e com os impostos indiretos na Câmara também a crescer. Há margem e de forma muito clara para se poder baixar a taxa do IMI para 0,4%, no mínimo. Em termos de conclusão, entendemos que o nível de execução orçamental ficou muito aquém do esperado, alertamos sobre a necessidade de uma política contínua e equilibrada de investimento que promova a qualidade de vida no concelho, isso é fundamental, mas tem de ser articulada e conjugada com uma gestão que promova a sustentabilidade financeira do Município, o que achamos que não está a ser o caso, face a tudo aquilo que acabei de dizer. Com vista à credibilização do Município na área dos pagamentos a fornecedores também é fundamental a redução do prazo médio de pagamento. Os 216 dias é demasiado, o objetivo tem de ser caminhar-se para os 90 dias, tal como os outros duzentos e tal municípios o fazem. Pelas razões enunciadas, obviamente que o Partido Socialista não irá votar favoravelmente esta prestação de contas, irá votar contra.

Sr. Vice-Presidente – Há questões colocadas pelo Sr. Vereador Paulo Lopes que merecem já um esclarecimento. De facto, 11 milhões de acréscimo será muito, mas isso significa que há muitas obras lançadas cujos pagamentos são iniciados e têm de ser contabilizados, o encargo tem de ser assumido, mas vai tendo despesa nos anos seguintes. Há deferimento desses pagamentos. Isto está contabilizado, mas o pagamento não é total em 2017, e assim aparecem em deferimentos. São custos diferidos para anos seguintes e têm de ser registados nas contas do exercício em que são inscritas. Quanto à conta do Partido Comunista Português, o Município é e tem de ser respeitador dos créditos alheios de qualquer particular ou instituição, e até do PCP. Vimos que não é do PS ou do PSD senão ficámos preocupados, mas vamos ver porque também fiquei com curiosidade sobre isto. Deverá ser a devolução de uma taxa ou algo do género. Quanto à baixa execução do orçamento até acho que isto tem vindo a melhorar sistematicamente, tanto na receita como na despesa, conseguindo-se manter a despesa abaixo da receita. Isso é o caminho para a sustentabilidade financeira, reduzindo-se sempre a dívida a mais de 10%, que é o mínimo legal, e que se tem vindo a fazer. Depois salta-se para a questão das dívidas de curto prazo, diga-se dívidas a fornecedores. Essas têm um montante que anda arrastado há pelo menos um ano e tal, ou dois anos, e estão-nos a congelar o prazo médio de pagamento que é elevado. Se bem se lembram tem uma razão muito simples de explicar, é o facto de estar pendente ainda no Tribunal de Contas aquele pedido de empréstimo de 15 milhões de euros para saneamento financeiro. Portanto, temos cerca de 25 milhões destas dívidas de natureza de curto prazo. Se os 15 milhões já estivessem resolvidos tínhamos uma coisa como cerca de 10 milhões de dívidas de curto prazo, o que era um valor absolutamente pequeno, comparando com aquilo que foi a situação financeira deste município durante muitos anos. Sobretudo durante os anos em que tivemos de suportar todas as despesas do QREN em obras com os meios financeiros disponíveis em tesouraria, sem nenhum apoio bancário. Devia ter havido um apoio, mas o Partido Socialista com o seu governo impediu-nos de o utilizar. Essa é uma verdade que deu

consequências nos níveis de endividamento muito substanciais e durante muitos anos neste município. Se não fosse esta falta de decisão, e julgamos que isto não será por muito tempo, mas já o ano passado estivemos condicionados com este fator de ter de esperar pelo visto do Tribunal de Contas para o empréstimo de 15 milhões de euros para limpar estas dívidas de curto prazo. Aí reduz-se substancialmente quer o prazo de pagamento, quer o volume da dívida a terceiros de curto prazo. Este prazo também nos incomoda, mas tem esta causa e que é uma razão funcional, digamos assim e para não estar a dizer outra coisa. Apetece-me fazer um comentário mais lato, temos anunciado no País, felizmente, a viragem da página da austeridade, embora isto seja infelizmente para aqueles que não veem o efeito prático. Depois, temos um outro modo de fazer austeridade e que são as retenções no orçamento, as cativações orçamentais. Há ainda outro mecanismo de freio da despesa pública que verdadeiramente funciona assim. Não digo que haja intenção política ou de funcionamento, mas o Tribunal de Contas também funciona assim e retarda muito a execução da despesa. É claro que tem um problema, tanto vai despesa que pode esperar como vai despesa que é, de facto, urgente e necessária aos municípios. Aqui estamos a falar de prestação de contas e calha-nos no grau da realização das nossas contas para pagar dívidas, e calha-nos também esse freio do Tribunal de Contas. Portanto, ainda não apareceu o visto, nem sim, nem não, mas estamos presos a isso e temos de manter aquele *stock* de cerca de 15 milhões de euros que queríamos limpar. Isso já podia ter sido feito no passado, se não existisse este travão. Quanto às funções sociais o Sr. Vereador falou do baixo grau de execução, mas ela representa uma relação de receitas a obter neste município de 63,2%. Um município que aplica 63,2% da sua despesa total nas funções sociais não é um desprimor, aliás, é a resposta àquela acusação que muitas vezes temos sofrido, de que não temos atenção às questões sociais. Como veem praticamente quase dois terços da despesa que fazemos é para este tipo de funções, e depois são as funções económicas e as funções gerais. Não estamos a descurar, pelo contrário, estamos a aplicar o principal dos nossos meios financeiros nestas funções sociais. A questão do IMI quebra, não a podemos “cavalgar” eternamente! Ela suporta todos os discursos que se queira fazer, mas o IMI baixou por efeito da posição que a maioria neste município tomou e que o mesmo devia baixar na lei. Isso foi conseguido e esses 0,5% tiveram efeito prático. Em Setúbal tivemos menos 7,7%, ou seja, os munícipes de Setúbal que pagam IMI pagaram menos 7 milhões de euros em 2017 em relação a 2016, e isto baixou com a luta que travámos. Quanto a outras questões o município tem os níveis de endividamento bastante controlados e o ativo em crescimento, já chegámos aos 406 milhões de ativo municipal. É um valor importante. É evidente que não é um ativo que utilizemos para comprar e vender, mas é uma valorização muito significativa que tem sido conseguida nos últimos anos. Ou seja, o património deste município está-se a valorizar substancialmente, isso também é uma nota positiva na gestão deste município. Por fim, quero referir a questão dos níveis de endividamento. Este município tem um total de dívidas passadas, empréstimos de curto prazo, médio e longo prazo de 50,3 milhões de euros e tinha 53 em 2016, portanto reduziu 3 milhões de um ano para o outro. A situação da dívida total da Câmara face ao limite legal tem uma margem de 49,5 milhões de euros, portanto, temos uma margem para endividar de quase 50 milhões. O total até dezembro de 2017 era de 99,8 milhões de euros, abatendo-se a dívida efetiva temos uma margem de progressão muito substancial. É toda uma situação de equilíbrio financeiro, de estabilidade e de possibilidade de gestão mais liberta para o futuro e que não tínhamos há muitos anos. Não temos um exercício este ano, porventura tão “brilhante” como talvez tivéssemos no ano passado, mas é a circunstância da quebra de receitas. Mas estamos, em termos económicos, bastante folgados, e apesar de ser visível que não reduzimos obra. Fizemos as melhorias, tratámos da cidade, melhorámos o concelho, e julgo que a população o tem reconhecido naqueles momentos chave, que sabemos, e que são os atos eleitorais. Não quero estar ano a ano e com o orçamento do ano, a justificar a aceitação da população, mas leva a convencermos-nos que estamos a fazer uma boa gestão no bom caminho que a população aceita e reconhece.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Só um reparo. Da leitura que eu fiz do relatório, a margem de endividamento não é de 49 milhões, o intervalo é 49 milhões, mas a Câmara Municipal só pode utilizar 20%. Está aqui o Sr. Diretor do Departamento Financeiro, e não sei se pode dar uma ajuda nisso, mas seria cerca de 10 milhões, o que faz muita diferença. Basicamente só queria reforçar que obviamente o Sr. Vice-Presidente vê o copo meio cheio e eu vejo o copo meio vazio. Não nos vamos convencer mutuamente. Das contas aqui apresentadas, fruto do aumento dos impostos indiretos e dos outros impostos indiretos, que não o IMI, penso que estão mais que reunidas as condições para que possa ser reduzida a taxa de IMI. Essa é a interpretação do Partido Socialista e vamos continuar a propor, nos locais onde isso é devido, porque entendemos que depois do esclarecimento político e para quem tinha dúvidas agora não pode haver dúvidas. Também já ouvi numa entrevista recente da Sra. Presidente a dizer que tem que ver e depois analisar. Da nossa parte não vemos outro cenário perante estas contas e estas receitas, que existem condições mais que evidentes para que o IMI baixe.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Creio que as contas deste ano e de cada ano não podem ser vistas à luz só do ano e de cada ano, têm de ser vistas no trânsito dos anos anteriores e dos estudos. Neste momento estamos a resolver problemas herdados e estamos a construir um futuro diferente. Temos uma receita nunca antes alcançada no concelho e que é a questão decisiva de qualquer gestão, sem meios e sem recursos não se faz gestão. Sem meios não há hipótese. Temos uma receita muito elevada e apesar da quebra do IMI, e isso é uma coisa muito importante, acho normal que alguém com um mínimo de responsabilidade que o queira baixar, e nós queremos, mas vai-se analisar o que é que se pode baixar. Não percebo qual é a dúvida sobre o discurso da Sra. Presidente, tem de ser analisado, e como se faz exatamente em qualquer município, quais são as condições e para baixar o quê.

Outra questão que tem de se ter em conta e que foi referenciada é a dinamização da vida económica. Setúbal tem o mais baixo desemprego da sua história na relação com o emprego nacional. Isto nunca aconteceu nas últimas décadas. Isso tem a ver com a dinamização económica do concelho, que traz meios, recursos financeiros e qualidade de vida. Esse esforço que está a ser feito é titânico por parte do município, em parceria com os agentes económicos. Também um outro aspeto que deve ser aqui deixado para se perceber porque é que a questão dos empréstimos tem a sua importância, é que Setúbal atrasou-se pelo menos 20 anos em relação aos municípios em redor. Não sei exatamente porquê, mas atrasou-se. Enquanto há municípios que neste momento têm *superavit* e dinheiro no banco e estão a embelezar-se, ou estariam a fazê-lo, aqui em Setúbal ainda estamos a fazer infraestruturas de primeira geração. Ainda há pouco tive uma reunião com a Águas do Sado e estivemos a conversar sobre infraestruturas que estamos a fazer agora, concretamente o emissário dos Ciprestes, a elevatória dos Combatentes, os emissários do Faralhão e o emissário das aldeias de Azeitão. Coisas que deviam estar feitas há quase 30 anos, quando houve milhares de milhões de euros para fazê-los e não foram feitos, pura e simplesmente. Os municípios em redor fizeram-no na altura certa e nós estamos a fazê-lo agora, estamos a correr contra o tempo na qualificação do concelho e isso implica, naturalmente, ter meios e recursos que as receitas correntes não cobrem. Precisamos de recorrer a receitas de capital e a empréstimos, e está-nos a acontecer um problema, é que o Tribunal de Contas está a tratar Setúbal como um município igual aos outros que já tenha os problemas resolvidos, e nós não temos. Precisamos mesmo desses empréstimos e que estes acompanhem o ritmo da intervenção pública que o Município está a fazer, e não estão a acompanhar. Recentemente tivemos um visto do Tribunal de Contas para um dos empréstimos que vai permitir pagar rapidamente a um conjunto de empresas, e temos um outro visto que está há anos à espera e que não sai do sítio, e sem qualquer explicação. Creio que vamos ter oportunidade de falar com o Tribunal de Contas para tentar perceber o que é que se passa, porque isso cria problemas sérios aos nossos fornecedores. A questão que se coloca é que o atraso neste momento se deve a esse desfasamento entre o ritmo e a forma de trabalhar do Tribunal de Contas e as necessidades do município que são absolutamente irrecusáveis. A gestão do município tem vindo a equilibrar-se e ao mesmo tempo continuamos a produzir qualificação no concelho todos os

dias, basta sair à rua e ver. É esse equilíbrio que tem que ver com a nossa capacidade financeira e com o tempo de construção de um concelho mais qualificado, mais competitivo e com mais investimento. Neste momento a Sra. Presidente da Câmara anda a percorrer muitos países da Europa e do mundo a captar financiamento e está a consegui-lo para investimentos em Setúbal que vão gerar emprego, desenvolvimento e receita também para o município, para poder intervir melhor publicamente. Portanto, é um processo longo e é muito difícil fazer uma caracterização *tout court*, estanque, de um orçamento de um determinado ano sem perceber o que está para trás e o que está à frente, e, sobretudo sem perceber o caminho que está a ser feito.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Quero esclarecer em relação à intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal que este executivo que está na Câmara há 16 anos não herdou uma herança, tal como o Sr. Vereador quis fazer crer, porque intervenções de primeira geração e infraestruturas foram feitas também e muitas durante a gestão socialista do Município. Obviamente que algumas terão ficado por fazer e os senhores tiveram oportunidade disso durante estes 16 anos que têm estado à frente da Câmara. Nessa matéria não me parece que seja justo dizer que Setúbal herdou uma situação do Partido Socialista relativamente a essas infraestruturas. Muitas infraestruturas foram feitas nessa gestão. Embelezar nunca foi realmente a política usada, mas fazer foi, efetivamente. Se hoje a opção é embelezar obviamente que as receitas não chegarão. Queria isto deixar claro, Sr. Vereador, e parece-me que também fica claro que a despesa vende "cassetes" do PCP.

Sr. Vereador Pedro Pina – Fiquem tranquilos que no PCP já enviamos até *emails*. No que diz respeito aos Srs. Vereadores Paulo Lopes e Fernando Paulino que não nos incomoda a designação de cassete pela simples razão de que não nos calarão enquanto os argumentos que temos fizerem sentido de ser utilizados. Mais uma vez o Partido Socialista perdeu uma oportunidade para poder não se pronunciar sobre aquilo que é inevitável ser dito. Quando se utiliza a expressão de embelezamento, e o Sr. Vereador Fernando Paulino quis-nos trazer aqui, esteticamente, através da moção do 25 de Abril, alguma noção de estética e beleza pelas palavras e pela poesia, esta era uma oportunidade para que a sua estética pudesse ter outra nota. É uma realidade inolvidável a ausência de infraestruturas nas mais diferentes matérias que o Partido Socialista, por incúria e por negligência, não deixou a este município. Isto não é reconhecido apenas pelo executivo da CDU, mas por muitos munícipes e pelas diferentes forças partidárias, quer até por alguns elementos do próprio Partido Socialista, como o Sr. Vereador bem reconhecerá. Sobre essa matéria os cidadãos de Setúbal e de Azeitão das diferentes freguesias têm-se pronunciado ao longo dos últimos 16 anos sobre a opinião que têm e sobre a avaliação que fazem, quer a que fizeram à data do Partido Socialista no exercício das suas funções, quer aquela que vão fazendo de quatro em quatro e nas últimas eleições autárquicas. De todo o modo, também tenho algumas dúvidas, Sr. Vice-Presidente e gostava de lhe fazer uma pergunta. Se eventualmente necessitar de se socorrer ao Sr. Diretor do Departamento Financeiro, que está aqui, gostava de dirigir uma pergunta, pegando um bocadinho na deixa do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, porque às vezes há coisas que nos parecem que são feitas ao acaso, ou há ausência de informação e ficamos um bocadinho baralhados sobre se nos querem baralhar, ajudar ou complicar. Isto não é desconfiar absolutamente de ninguém, mas sou franco que tenho alguma dificuldade em compreender quando, por vezes, e apreciando aquilo que o Tribunal de Contas quer evidenciar por não despachar aquilo que é a nossa solicitação. Ora parece que a Câmara Municipal está com dificuldades financeiras, ora parece que não querem emprestar o dinheiro, ora a situação financeira já está numa outra condição que não permite o financiamento. Há uma pergunta que quero dirigir e que é muito objetiva e concreta e que também tem a ver com o Partido Socialista, nomeadamente com o Sr. Vereador foi Paulo Lopes, que coloca a questão e a legítima para perceber quais são os movimentos que a Câmara Municipal tem feito para que a situação financeira pudesse ser outra, e não esta que agora aqui se apresenta. A pergunta que dirijo ao Sr. Vice-Presidente é, como seria, em alguns dos

elementos que aqui nos trouxe com esta prestação de contas, se aquilo que foi o desencadear de um processo com rigor técnico da parte da Câmara Municipal para a solicitação feita no Tribunal de Contas estivesse neste momento clara? Gostaria de ter algumas notas sobre isto, nomeadamente, naquilo que o Sr. vereador Paulo Lopes aqui deixou presente, e para que ficasse mais claro.

Sr. Vice-Presidente – Sobre as intervenções feitas, e sem prejuízo de depois se pedir ao Sr. Diretor do Departamento Financeiro para explicar mais objetivamente a questão da capacidade de endividamento, começo por esta questão que até é oportuna. A resposta e a observação que se pode fazer é relativamente incontornável, se tivéssemos despachado a autorização do empréstimo de 15 milhões de euros, este dinheiro só podia ter essa aplicação e não uma outra, só podia ser para pagamento a fornecedores de dívida de curto prazo. Abatendo os 15 milhões aos 25 milhões que existem ficaríamos com 10 milhões de dívida de curto prazo, o que é uma coisa perfeitamente gerível, e quase de imediato, para liquidar com as receitas, com os movimentos de tesouraria. Portanto, estaríamos numa posição absolutamente invejável no cumprimento dos rácios de endividamento e prazos de pagamentos, inclusive isto se reduziria substancialmente. Não é que a Câmara não tenha de os pagar, não é uma oferta de 15 milhões à Câmara, apenas teríamos autorização para os empréstimos que já estão concursados e contratados com os bancos, que têm a disponibilidade para o fazer, só é preciso esta formalidade de haver o visto. Se tivéssemos isto, em 2018, estaríamos a discutir uma situação boa para qualquer município do País. Se se lembram, há bem pouco tempo discutimos um grande aperto da Câmara, que andava afogada com dificuldades financeiras. Invertíamos a situação claramente, portanto não se entende bem porque é que não conseguimos ter este problema resolvido. Não governamos sozinhos, só governamos a nossa casa. As entidades de supervisão têm a tutela e as suas competências próprias. Fazem a sua ação conforme podem ou conforme entendem, mas constatamos isto. É pena não termos essa decisão, porque senão teríamos uma situação financeira invejável para qualquer outra câmara. Quanto à intervenção do Sr. Vereador Paulo Lopes, o que me estava a parecer é que estava a tentar pegar num argumento do PCP e do Bloco de Esquerda perante o Governo a dizer que estão conseguidos excedentes orçamentais básicos, então apliquem-nos e transfiram-nos em despesa social, façam investimento público. O Sr. Vereador vem dizer o mesmo à Câmara, só que foi apanhado na sua própria armadilha, porque tinha acabado de dizer antes que as contas da Câmara continuam desequilibradas. Houve, de facto, uma redução de IMI em 2017 e argumenta que estão equilibradas e ainda devem abdicar de mais receita. Então como é que equilibra as contas desequilibradas abdicando de mais receita? Não me parece coerente o argumento, mas não me compete qualificar argumentos, só constatar que aquilo que pensa que é aplicado no excedente primário das contas da República não é transponível diretamente para a situação de cada uma das câmaras. Para vermos a situação do endividamento em concreto pedia ao Sr. Diretor que desse as informações que o Sr. Vereador Paulo Lopes estava a solicitar, e afinal qual é em concreto o limite do endividamento deste município. Se é 20% dos 49 milhões, ou seja, quase 10 milhões na prática imediata e em concreto. Está esclarecido então? Assim seguimos para votação.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 5 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Fez a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra:

“O PSD votou contra a proposta de prestação de contas relativa ao ano 2017 uma vez que se verifica, à semelhança dos anos anteriores, uma prática de empolamento de receitas para permitir a realização de despesas para as quais não existe a receita real. Verifica-se, ainda e

mais uma vez, uma fraca execução orçamental na ordem dos 62% e um aumento de 6 milhões de euros no passivo. Também o prazo médio de pagamentos a fornecedores subiu mais uma vez este ano. O município de Setúbal e a maioria da CDU continuam a apostar no aumento da carga fiscal aumentando e muitos impostos municipais sobrecarregando os setubalenses e azeitonenses. Em 2017 a receita dos impostos teve um aumento relativamente a 2016 de 1,2 milhões de euros, sendo que este aumento de impostos não se tem traduzido num aumento de qualidade de vida da população. Na verdade, este documento apenas vem comprovar que a maioria da CDU, 16 anos depois de estar a governar este município, ainda não conseguiu implementar em Setúbal uma estratégia que promova um desenvolvimento mais sustentável do nosso concelho”.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Fez a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra:

“O orçamento municipal e as Grandes Opções do Plano (GOP), através do Plano Plurianual de Investimento (PPI) e do Plano de Atividades Municipal (PAM), estabelecem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, a Prestação de Contas, reflete a sua execução.

O Orçamento de 2017 previa um valor global de 131 M€, tendo o Partido Socialista votado contra, entre outros razões, por entender que se tratava de um orçamento irrealizável, pois continha receitas altamente empoladas e despesas impossíveis de concretizar.

Esta Prestação de Contas, é prova disso mesmo, com uma execução praticamente igual a 2016 e inferior a 2015, de apenas 62%, apresentando um valor global de 82,3M€ bastante inferior aos 83,3 M€ de 2016.

Confirma-se assim, uma execução baixa face aos compromissos apresentados no orçamento.

Ao nível das Grandes Opções do Plano (GOP), sinónimo de investimento, o valor executado ficou à quem do esperado, nomeadamente a parte relativa ao Plano Plurianual de Investimento (PPI), que teve um fraco desempenho, nomeadamente ao nível das Funções Sociais, apresentando uma taxa de execução financeira anual de 34,9%. Dentro desta área, a Educação apresentou uma execução da despesa de 33,9%, a Saúde 38,2%, a Habitação 52,2%, o ordenamento do Território 25,9%, o Saneamento 25,4%, a Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza 18,3%, a Cultura 27,1%. De frisar que na Habitação, a recuperação de Habitações do Município, a execução da despesa no PPI, foi de apenas 19,4% do previsto.

Apesar de uma fraca execução, o Passivo Total do município ascendeu a 111,4 M€, tendo subido 6 M€, face a 2016. Tendo ocorrido um aumento de 11,4 M€ em acréscimos e deferimentos num total de 56,5 M€, sem que se explique qual a razão deste aumento.

Os Compromissos por Pagar atingiram os 29M€, o que significa um aumento de 1,3M€ face ao ano anterior, isto apesar dos compromissos assumidos terem baixado 4,6 M€.

A lista de credores do município é extensa, o prazo médio de pagamentos a Fornecedores subiu, passou agora para 216 dias, mais 10 dias do que em 2016, situação que consideramos inaceitável e que contrasta com a esmagadora maioria dos municípios, cujo prazo de pagamento a fornecedores é inferior a 90 dias.

Dos 308 concelhos do país, apenas 44 têm um prazo médio de pagamento a fornecedores acima de 90 dias, encontrando-se Setúbal nos lugares cimeiros desta lista, e este ano a subir novamente.

A receita corrente teve um acréscimo face a 2016 de 3,00%, mais 2,1M€, em que os impostos Diretos (IMI, IUC, IMT, Derrama) subiram 2,9%, cerca de 1,2 M€ em relação ao ano transato, num total de 40,6M€.

Quadros								
IMI	Valor(M€)	%	IMT	Valor(M€)	%	IMP DIRETOS	Valor(M€)	%
2016	25,5		2016	7,59		2016	39,4	
2017	24,05	-5,8%	2017	7,89	4%	2017	40,6	2,9%
Derrama	Valor(M€)	%	IUC	Valor(M€)	%	IMP INDIRETOS	Valor(M€)	%
2016	3,54		2016	2,79		2016	1,95	
2017	5,7	60,9%	2017	2,87	3%	2017	2,48	27%

Os impostos indiretos, com particular enfoque no Urbanismo, tiveram uma subida de 26,9%, impulsionados principalmente pela dinâmica que o mercado imobiliário tem tido no nosso país.

Tal facto revela, que com o percurso previsto da economia portuguesa para os próximos anos, o município de Setúbal, através da Derrama, IMT, IUC e os impostos indiretos (urbanismo) possui margem para baixar a taxa do IMI para 0,40 este ano, a ser cobrado em 2019, sem que tal medida coloque em causa as receitas do município e contribua para o alívio fiscal dos Setubalense e Azeitonenses.

Os Vereadores do Partido Socialista, consideram assim, que o nível de execução orçamental ficou aquém do esperado, e alertam para a necessidade de uma política continua e equilibrada de investimento, que promova a qualidade de vida no Concelho, em conjunto com uma política orçamental que não coloque em causa a sustentabilidade financeira do Município.

Com vista á credibilização do município nesta área é fundamental a redução do prazo médio dos pagamentos a fornecedores para os 90 dias que a lei estipula, assim como o peso dos compromissos por pagar.

Pelas razões enunciadas, os vereadores do Partido Socialista, votaram contra este relatório e prestação de contas de 2017.”

5. Deliberação n.º 110/18 – Proposta n.º 27/2018 – DAFRH/DIGEF – 4.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades Municipais e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 32, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 5 votos a Favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

6. Deliberação n.º 111/18 – Proposta n.º 28/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Abertura de concurso público para a prestação de serviços de seguros para os ramos de acidentes de trabalho, multirriscos, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico, responsabilidade civil e acidentes pessoais, pelo período de 24 meses. Concurso Público N.º 10/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o

Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

7. **Deliberação n.º 112/18 – Proposta n.º 29/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência a título gratuito sobre uma parcela de terreno, sita na Azeda, Freguesia de São Sebastião, à CHESETÚBAL – Cooperativa de Habitação e Construção Económica de Setúbal, CRL.**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 a 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 113/18 – Proposta n.º 30/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, junto à Praceta da Lanchoa, Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 a 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 114/18 – Proposta n.º 12/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Regulamento Específico de Zonas de Estacionamento Controlado na Praia da Figueirinha**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 e 55.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Relativamente a esta proposta de regulamento para regular o estacionamento na Praia da Figueirinha, de facto é estranho que esta proposta apareça nestes termos. Isto porque todos nós sabemos que temos um gravíssimo problema de mobilidade no concelho, aliás, a Câmara Municipal já apresentou várias propostas nesse sentido. Temos um problema que toda a gente reconhece que em Setúbal existe no acesso à zona das praias da Arrábida. Esperava que aqui viesse uma proposta que viesse resolver este problema, mas a verdade é que não vai resolver problema absolutamente nenhum. A preocupação que a Câmara demonstra com esta proposta é tão-só, e apenas, ter mais um parque de estacionamento tarifado, e por essa via obter mais receita. Devo dizer que não tenho nenhum tipo de problema ou complexo relativamente à existência de parques de estacionamento tarifados, dependendo das zonas onde esses parques são implementados. Parece-me é que há aqui uma fundamentação que diz que interessa que as praias do concelho tenham maior qualidade e atratividade – nisso estamos todos de acordo – e que com isso pretendem que exista um bom aspeto estético e paisagístico da envolvente e das infraestruturas existentes. Pergunto, colocar-se um estacionamento que já existe, e não vejo que vá ser de forma diferente, que provavelmente apenas vai ter as marcas mais visíveis, o que é que contribui para termos um aspeto estético e mais paisagístico da zona envolvente e das infraestruturas existentes? O parque já existe, os carros já lá estão, a Câmara não vai tornar nada mais bonito, vai é apenas cobrar dinheiro às pessoas para terem lá o carro. Depois dizem que esta região carece de soluções de mobilidade, acessibilidades e estacionamento mais sustentáveis e disciplinados. Estamos todos de acordo com isso, mas o que é que isto resolve relativamente a este argumento que usam? Não vai resolver nada,

porque aquilo que se esperava era que apresentassem uma proposta de resolução no acesso àquelas praias. Como é que vão resolver o problema do estacionamento onde se tem feito, na própria estrada, o que cria dificuldades enormes no verão. Cria, de facto, problemas de segurança porque se houver necessidade de um carro de bombeiros ou de uma ambulância passar ali terá sérias dificuldades. Que propostas é que a Câmara tem para resolver essas questões? Não tem, e aquelas propostas que saíram na comunicação social com o que a Câmara apresentava como possibilidade de proibir pura e simplesmente o trânsito, desculpem, mas também não resolve coisa nenhuma, só prejudica os setubalenses. Isto porque o problema não está em proibir *tout court* o trânsito, o problema está em regular ou impedir o estacionamento na berma da estrada. O trânsito pode circular num sentido, não há problema nenhum e não cria nenhuma dificuldade, portanto, proibir pura e simplesmente o trânsito naquela estrada é algo que não faz sentido nenhum. Isso não vai contribuir em nada para a resolução do problema que ali está criado há anos. O que é preciso é regular o estacionamento na berma da estrada e depois apresentar alternativas para as pessoas terem acesso às praias daquela zona, e que são basicamente as únicas praias que os setubalenses e os azeitonenses têm aqui. Também dizem que isto vai ser tarifado para melhorar as condições de utilização do transporte público em detrimento do transporte individual, então, mas qual é a proposta, o que é que vão fazer para melhorar essas condições de transporte público? Vão pôr mais transportes públicos? Vai haver mais carreiras dedicadas e específicas? Não consta nada na proposta, nada, absolutamente zero sobre isso. A única coisa que esta proposta nos traz é mais tarifação, mais taxas, mais sobrecarga para os setubalenses e azeitonenses que se querem dirigir às praias. Não apresenta qualquer solução para uma melhor mobilidade e um melhor acesso àquelas praias. Apresenta, pura e simplesmente, uma taxa. É isso que a Câmara vai fazer, não regulando, e mais, vamos ver se com a implementação deste estacionamento tarifado, e se não houver nenhuma proposta para regular o restante, se as pessoas em vez de deixarem o carro no parque de estacionamento não vai ser ainda pior deixarem o carro estacionado nas bermas. Vamos ver se isto não vai criar ainda mais confusão e mais problemas de acesso às praias. Vou votar contra esta proposta, porque tem apenas uma única preocupação, é tarifar e obter mais receita à custa dos setubalenses que já estão sobrecarregados pelos impostos, como o do IMI e todos os outros no máximo, sendo dos mais altos que se praticam neste país no que diz respeito a impostos municipais. Digo que já chega! Primeiro apresentem soluções, apresentem um projeto integrado de soluções de mobilidade para aquela zona, e depois estaremos cá para discutir uma proposta que seja razoável, já que esta não é!

Sr. Vereador Paulo Lopes – Em relação a esta proposta também coloco duas questões bastante distintas. A primeira, e que não vem na proposta, é a questão de como é que vai funcionar todo o acesso até à Praia da Figueirinha. Este ano ainda não tivemos aquela proposta do período de época balnear com o condicionamento da estrada, há de vir, mas é importante perceber-se como é que isto vai funcionar. Vai ser com dois sentidos, como era antigamente e há muitos anos com os carros estacionados por todo o lado? Vai haver pilaretes desde a Secil até à Figueirinha para ninguém estacionar lá? O sentido único não faz sentido senão pode não haver lugar para estacionar e as pessoas não podem voltar para trás e nem ir para a frente. Isto se da Figueirinha para o Creiro for interdito, como vem na comunicação social, e aqui ainda não veio nada! Há falta de informação, pelo menos aos vereadores que não têm esse projeto integrado que o Sr. Vereador Fernando Monteiro há pouco falou, para poder analisar isto como um todo, e não em partes. Mesmo analisando só a parte do estacionamento tarifado era importante justificar. Isto até pela discussão que houve na cidade há um ano atrás sobre o estacionamento tarifado. Aqui é totalmente diferente, porque se é verdade que o estacionamento tarifado deve ser usado para promover a rotatividade dos lugares de estacionamento numa zona de praia e essa rotatividade não existe, porque quem vai para a praia não vai uma hora ou meia hora, vai a manhã, vai a tarde, ou o dia inteiro. Até podem assumir que há uma taxa, mas deviam dizer para que é que serve, é para melhorar? Também não é para desmobilizar os automobilistas a ir para lá de carro,

porque todas as pessoas de Setúbal sabem que este parque de estacionamento às 09h00, seja pago ou não seja tarifado está cheio e em agosto ninguém tem lá lugar. Portanto, o efeito desmobilizador do acesso ser o tarifário de estacionamento também não parece que não seja por aí, assim tem de haver uma razão objetiva para o dinheiro. Será para fazer obras? Quais? Para promover o tal acesso mobilidade acrescido de transportes públicos? A proposta é completamente omissa em relação a isso e da forma como ela está. Obviamente iremos votar contra, porque dá ideia que a Câmara quer taxar para ter mais receita e entendemos que esse não é o caminho duma das poucas praias que é acessível a todos. Cada vez que estamos a falar de acesso à praia ouvi muitas vezes, há uns anos atrás e com razão, o custo acrescido que é ir para Troia, cada vez mais parece que Figueirinha, Galapos, etc., começam a ter custos acrescidos também. Podemos dizer que o valor é simbólico, estamos a falar de 5 euros durante um dia, mas vários dias a 5 euros começa a pesar. Também em relação aos custos dos transportes também não sabemos qual é a alternativa, ou seja, há muita falta de informação para trazer esta proposta nestes termos. Entendo que deveria vir ou mais fundamentada, ou num pacote integrado de mobilidade e estacionamento para toda aquela zona.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – O que está em debate é um regulamento específico das zonas de estacionamento controlado na Praia da Figueirinha, e porque é que está em debate o regulamento e não outras coisas? Porque a proposta de mobilidade para aquela zona, para o período de verão, há de vir, decide-se e é de aplicação imediata. O regulamento tem de fazer um caminho, sai da reunião de câmara e vai para debate público, e depois regressa e vai para a Assembleia Municipal. Faz esse caminho todo. Se não fizer esse caminho quando se chegar ao verão não há regulamento. Portanto, a resposta que aparece isolada faz parte de um bolo que há de ser discutido e deliberado. Só para ter uma ideia, nos últimos tempos quer o Portinho da Arrábida primeiro, quer Galapos, Galapinhos, ou a serra toda, têm tido uma referência europeia e até mundial. É uma associação que está criada e aquilo qualquer dia são belezas naturais fantásticas e não são para ninguém. O que está ali criado é numa estrada nacional da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, com responsabilidade de regulação da GNR, e que nunca foi da responsabilidade da Câmara. Temos vindo a assumir responsabilidades para defender o nosso território, e quando se faz um protocolo que foi um “parto difícil” com a Infraestruturas de Portugal foi para nos entregarem aquela via no período estival e para podermos gerir o processo, embora a quiséssemos para o ano inteiro. Portanto, quando estamos a falar disto temos de saber do que é que estamos a falar, senão é um problema muito sério e a variação é total. Há dias atrás falando com os comerciantes da restauração do Portinho eles próprios propuseram que se requalificasse o estacionamento e se taxasse o mesmo. E, mais, ofereceram-se para pagarem aos clientes o valor do estacionamento, descontando-o na refeição. É só para se ter uma ideia do nível a que chegámos de confusão, impedimento, funcionamento e desconforto para tudo e todos. Em relação à Figueirinha vai acontecer uma requalificação séria daquele espaço. Vai ser uma requalificação e ampliação e não sei se conseguimos fazer ainda este ano uma outra linha de entrada e saída. Não sei se vamos ter tempo de fazer tudo, mas trata-se de uma requalificação efetiva. Em termos de mobilidade está pensada uma solução que virá à Câmara, em todo o seu pormenor, mas estamos a trabalhar já algum tempo nisso. Neste momento temos um parque de estacionamento junto à Várzea para quinhentos lugares que está preparado para receber viaturas, e vai ter um vaivém. Temos o Parque do Outão para manter, temos um acordo com o Alegro para um espaço disponível para as pessoas terem um vaivém. Precisamos de encontrar uma solução para evitar um Pedrogão qualquer. Há muito esta lógica de resolver os problemas quando as coisas se complicam. De facto, com o que se passa ali todos os verões tem sido uma sorte impressionante não acontecer ali qualquer coisa de inimaginável, portanto, o que temos ali é o Pedrogão Grande multiplicado por 10, 20, 30 ou 40, em caso de acidente ou incêndio real naquela zona. Portanto, temos que acabar com aquilo! Isto está a ser alvo de uma análise e de uma proposta que vá impedir que aquela situação se recrie e volte a acontecer. Uma que permita que as pessoas que

querem usufruir daquele bem natural absolutamente único o façam em condições de segurança, mas rodando porque não cabem lá todos. Temos zonas balneares de outros países europeus que têm uma cancela e um sinal de lotado, senão não é para ninguém. Temos de encontrar uma solução sobretudo focada na segurança e de um usufruto de qualidade daquela zona. O facto de haver transportes coletivos facilita o acesso das pessoas em segurança, portanto, essa é que é mesmo a questão. Não vou desenvolver o que está pensado e previsto, há de vir a reunião de câmara, como sempre veio a proposta de mobilidade para o período de verão. Esta proposta agora, e como digo, vem um pouco mais cedo, porque o regulamento tem de fazer um caminho de cerca de dois meses, senão depois não se pode aplicar. Acho que devemos focar-nos é em saber se esse regulamento está em condições de ir para debate e reflexão pública, depois regressará à Câmara e seguirá para a Assembleia Municipal. É assim que acontece e é só isto que está em discussão e nada mais. Em tempo oportuno virá o resto.

Sr. Vereador Pedro Pina – O Sr. Vereador Carlos Rabaçal disse muitas das coisas que, entretanto, eu tinha considerado, mas queria apenas dar uma nota face às referências que foram aqui tidas. Em primeiro lugar queria cumprimentar o chefe de divisão, Sr. Dr. José Madeira, e as Sras. Engenheiras Fátima Nogueira e Filipa Fernandes que estão na sala e que têm responsabilidade nesta proposta. Face a algumas das afirmações que foram aqui postas, eventualmente, também têm disponibilidade para esclarecer algumas das afirmações apresentadas. Parece-me que é difícil de qualificar, quando se olha para esta proposta, e não sei quais são os “óculos” que se colocam para além daqueles que as nossas necessidades possam exigir, para considerar que o único propósito desta proposta é taxar os setubalenses. Sei que pode soar bem, sei que do ponto de vista da titulação de qualquer notícia pode ter algum impacto, mas permita-me, Sr. Vereador Fernando Monteiro, olhar para esta proposta e para o seu conteúdo e dizer que o único propósito é o de taxar. Não posso concordar com isso e temos toda a legitimidade de discordar, mas dizer que esse é o único propósito é exagerado. Todos nós, uns mais e outros menos, talvez de bicicleta, de moto, ou a pé, já fomos em período de época banhar às praias da frente ribeirinha e da zona costeira, e, portanto, já nos confrontámos com os mais diferentes episódios. Parece-me que desconsiderar também a componente de requalificação desta proposta é de todo pouco compreensível, até no quadro daquilo que já foi aqui dito. Isto considerando até a forma bárbara de estacionar ali mesmo existindo algum tipo de estacionamento, do qual uma parte nem sequer a podemos chamar assim devido ao estado de degradação que todos conhecem. Parece-me também que é desconsiderar o requalificar e aumentar, porque a própria proposta permite aumentar o estacionamento, e isto é uma dimensão essencial para aquilo que é o problema. Entretanto, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal já adiantou muitas das questões que nos parecem relevantes, mas gostava de frisar uma, e isto sem prejuízo de podermos concordar se seria assim ou de outra forma que os senhores vereadores a propoariam e na eventualidade de terem responsabilidades sobre isto. Há uma questão que tem a ver com o movimento que o executivo municipal, na pessoa da Sra. Presidente, dos restantes membros do executivo e dos seus serviços têm feito para que toda esta questão relacionada com o acesso às praias tenha uma outra condição que não aquela com a qual os setubalenses e os azeitonenses, e muitos dos milhares de pessoas que nos visitam têm tido. É não querer considerar todo o trabalho que tem sido feito com as mais diferentes entidades. Não sei se o Sr. Vereador Fernando Monteiro tem conhecimento disto, provavelmente terá, mas não quis considerar aquilo que foi a proposta da Câmara e dos seus serviços com o incremento de mais meios no acesso às praias, nomeadamente com os transportes públicos. Isto tem de ser considerado, que não existiam, e que foi iniciativa da Câmara considerar todas as propostas que estão neste momento em estudo no que diz respeito a encontrar outras soluções de acesso às próprias praias. Utilizando uma expressão do Sr. Vereador Fernando Paulino, que é só uma questão de embelezamento e taxação, mas todos sabemos que, por exemplo, entre muitas coisas que concorrem para a atribuição de títulos de praias de bandeiras azuis ou douradas também tem a ver com acessibilidades, zonas de estacionamento e com a forma

como estão requalificados os espaços. Por exemplo, neste momento não temos praias com outra atribuição exatamente por causa disto que estamos hoje a discutir. Assim, queria saudar a equipa que fez esta proposta, cujo único propósito é criarmos um projeto de regulamento que tem procedimentos e etapas específicas das zonas de estacionamento controlado na Praia da Figueirinha, e não outra coisa qualquer. Em função disto temos uma discussão em uníssono entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata a desfazer aquilo que se traz e considerando que falta aqui um conjunto de elementos. Esta é uma proposta no quadro da visão estratégica para a qualificação e acessibilidade a praias, e, passo a passo, a Câmara mais uma vez se substitui às responsabilidades das diferentes entidades do Estado. Tem também uma preocupação que já aqui discutimos esta tarde, a qualidade de vida não só dos nossos munícipes, mas de todos aqueles que hoje e cada vez mais nos visitam, e, por isso, queria valorizar esta proposta que é um valor acrescentado para aquilo que é a época balnear que se avizinha e a grande velocidade.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Também quero cumprimentar a equipa que trabalhou este regulamento e que certamente deu o seu melhor. Isso não está em causa, o seu conteúdo, mas sim a opção de taxar o estacionamento na Figueirinha. Esta é uma opção política e não dos técnicos, portanto, essa questão está completamente fora de discussão. Queríamos dizer que sim, mas não entendemos que esta proposta venha sem termos o conhecimento estratégico daquilo que se pretende para aquela zona. É por isso só que questionamos esta proposta, ela vem avulsa, mas devia vir num pacote que pudéssemos efetivamente conhecer e discutir. O Partido Socialista sempre defendeu o regulamento e a disciplina do estacionamento daquela zona de praias. Esta é uma questão que até em campanha eleitoral foi bastante abordada e dissemos qual era a nossa posição claramente, e até pela questão de a Praia de Galapos ter sido mencionada como uma das melhores praias do mundo, o que aumentou o fluxo de visitantes. Todos concordamos que é necessário efetivamente uma regulamentação do estacionamento, disciplina e o reforço os transportes públicos. Isso é mais que evidente e ninguém questiona essa opção que terá de ser feita. O que questionamos é o que está hoje aqui em discussão, que é este regulamento que vem avulso, e essa é uma decisão política e não técnica. Portanto, quando vier essa visão estratégica e se podermos enquadrar este regulamento nessa visão para aquela zona então votaremos favoravelmente.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Há pouco, antes das questões do Sr. Vereador Pedro Pina, esqueci-me de colocar uma questão mais concreta a propósito do regulamento e que tem a ver com o que o artigo 9.º, onde se refere o estacionamento indevido e abusivo na alínea d). Isto tem a ver com os motociclos, ciclomotores e velocípedes, sendo proibido estacionarem em lugares não especificados para o efeito. Havendo o anexo onde está o desenho daquilo que se propõe fazer, não consigo perceber se nesta nova abordagem de requalificação se está previsto, ou não, o estacionamento para motas, motociclos, ciclomotores e velocípedes, e quantos lugares estarão previstos. Quanto às questões do Sr. Vereador Pedro Pina, ninguém, e tal como já referiu o Sr. Vereador Fernando Paulino, pôs em causa aquilo que foi o trabalho dos técnicos que elaboraram o regulamento, e nem é sequer isso que está em causa. Os senhores têm normalmente essa tendência de fazer parecer coisas que não são, nem sempre o que parece é, e às vezes não é, como neste caso. O que está aqui em causa é efetivamente a questão da opção política de tarifar. Cada um lê com os seus olhos, mas permita-me discordar das suas apreciações, isto para mim só demonstra uma preocupação, tarifar e taxar mais uma vez as pessoas que querem ir às praias. Não adianta dizer que nem sequer consideram a requalificação do espaço. O que vai ser feito ali é um parque estacionamento que provavelmente vai ser maior e vão aumentar os lugares, portanto, penso que não se trata de uma grande requalificação. Pelo menos é o que resulta do anexo que está na proposta, não vejo aqui nada mais do que isso, é um parque de estacionamento agora com mais lugares. O que está em causa é que estamos a discutir um regulamento que visa tarifar o estacionamento. Aquilo que eu disse, e reafirmo, é que isto carecia de vir acompanhado de uma proposta mais ampla para a resolução do problema. Não

estamos a discutir as propostas que o Sr. Vereador refere, que diz que não consideramos todas as propostas que estão em estudo. Desconheço as propostas que estão em estudo e essas não vieram, vem este regulamento, é isso que aprecio e é esta a preocupação que o regulamento demonstra. O tal plano integrado de melhoria das acessibilidades às praias que estão a estudar e se já estivesse estudado devia vir aqui. Este problema já se arrasta há muitos anos, e, portanto, a Câmara teve tempo mais do que suficiente para isso, porque já cá estão há 16 anos. Este regulamento, só por si, não vai melhorar nenhum acesso e nem as facilidades àquelas praias, vai apenas cobrar dinheiro. É uma opção.

Sr. Vice-Presidente – Não, o Município de Setúbal não podia ter resolvido isto há 16 anos, ou há 14, 13, ou 12, e como se acabou de dizer, ou há 1, 2 ou 3 anos. Não podia, e porque não? O Sr. Vereador pode não ter estado nessas reuniões, mas aqui os Srs. Vereadores do PS estiveram, com certeza, alguns ou a maioria deles. A Câmara há vários anos que anda a tentar um acordo com a Estradas de Portugal, agora Infraestruturas de Portugal, para que nos delegasse a gestão daquele troço de estrada e para se poder controlar a Estrada da Figueirinha. Não foi possível ainda no ano passado, mas o caso foi referido em reunião de câmara. Penso que só a meio ou no final da época balnear é que veio um acordo da Infraestruturas de Portugal para se receber a gestão do troço, e é temporário, é por um período balnear. Ora, no final do período balnear a câmara não ia assumir a gestão disto precisamente para poder evitar os riscos que foram referidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, e que são enormíssimos. Sobre a concessão os senhores são capazes de ter toda a razão, seria em nosso benefício se assim o tivéssemos feito, mas não trazemos, à partida, uma explicação do modo de funcionamento da circulação e do estacionamento pretendido para aquela praia. Se calhar até diriam que muito bem, que isto está devidamente explicado e enquadrado, mas que não se justifica pagar o estacionamento. Nessa altura perguntaria se o Sr. Vereador Fernando Monteiro não se sentiria como me sinto quando consigo um estacionamento pertinho da praia, sinto-me verdadeiramente privilegiado. Consigo meter lá o carro e estar ali meio-dia, ou o tempo que for e ir a banhos e depois pago 3 ou 4 euros e venho de lá todo satisfeito. É o cidadão, tal como o Sr. Vereador Fernando Monteiro, que usa esse espaço público com o privilégio de poder usar a praia durante o dia todo. Acha que é justo que todos os outros cidadãos que não tiveram lugar naquele espaço se sintam bem se for quem primeiro chega primeiro se avia? Ou seja, a regulação do estacionamento é uma relação de custo/benefício. O cidadão tem um benefício extra que os outros não têm e acaba por ter um pequeno custo compatível com esse benefício que é extraordinário, porque só ele é que tem. Quando ocupamos um lugar assim estamos a ocupar o espaço público que os outros não podem ocupar. Estamos a retirar o espaço a todos os outros, daí que o estacionamento tarifado seja a prática mais comum de regulação e de obrigação de rotatividade do estacionamento para poder ser utilizado por mais cidadãos. Ainda esta semana vi que no Montijo, que é uma câmara socialista, há este tipo de medida. Por isso sim ao estacionamento tarifado, sendo que o Montijo não é uma cidade afogada em trânsito. Essa ideia é muito simplista e não é argumento quando se diz que se é tarifado é para explorar a população e que quem decide “são uns malvados”. Ninguém faz isto por maldade, por querer ser um explorador do povo, numa versão “à direita” e onde há compensações. Então é preciso fazer algum investimento para aplicar essa verba. Pode dizer que não veio cá o plano, mas não podemos regular aquilo que a lei já impõe, a proibição de estacionamento em determinadas zonas. Não sei se se lembram que a estrada tem nos dois lados uma faixa amarela, há a proibição total de paragem e estacionamento, mas ninguém a cumpre. Se forem lá no verão veem que estão lá patrulhas da GNR e que não conseguem fazer cumprir, portanto, tem de haver algum impedimento físico para que o estacionamento ali aconteça. Esse impedimento físico vai ter alguns custos e também as intervenções de regulação. Podemos dizer que não aplicamos diretamente, mas vamos aplicar ali a receita para os meios necessários para fazer sentir-se o estacionamento indevido, o que até agora tem sido o principal problema. Ou enchíamos aquilo com agentes da GNR de uma ponta à outra da estrada, ou então não se consegue travar isto.

Esse impedimento físico só é possível com a gestão do município daquele troço de estrada, e essa gestão só este ano é que foi protocolada e foi conseguida nesse protocolo. Portanto, e voltando à primeira explicação, é assim mesmo, só este ano é que é possível fazer isto, porque só este ano é que o município tem a responsabilidade da gestão temporária, e que não é definitiva, e só durante o período balnear. Isto fica devidamente esclarecido. Quanto às tarifas, o valor só tem uma fração das tarifas na cidade. Em função do valor e do benefício obtido acho até que as tarifas deviam ser mais caras, porque é um privilégio levar o carro até à praia. É ter um benefício que os outros não têm, e, portanto, não há nenhum intuito de exploração. Alteramos a circulação, sim, mas a Sra. Presidente já publicamente deu algumas informações sobre isto. Além dos fundamentos que aí estão, não é novidade o que se vai fazer, porque isto já consta do nosso plano de mobilidade sustentável e transportes que fizemos para Setúbal, e os senhores participaram na apresentação desses estudos. Já estudámos no programa os modos de circulação nas praias da Figueirinha e até ao Creiro. Está estudado, ou seja, não é uma coisa de que se lembre de repente e para fazer “uma tropelia” aos habitantes de Setúbal. Não é, vamos é tentar fazer um bom benefício e uma eliminação de riscos aos habitantes e a quem visita as praias da Arrábida, é isso que se pretende. Vai haver cinco pontos de partida e de chegada de transportes coletivos de passageiros. Vai haver na Várzea e num estacionamento de grandes dimensões novas partidas e chegadas dos autocarros que fazem o vaivém com esse serviço direto. Vai haver o estacionamento no Alegro, no piso 4 que costuma estar vazio quase todo o ano, agradecendo-lhes por cooperarem nesta solução. Vai haver um ponto de partida no terminal ferroviário da Praça do Brasil e no terminal rodoviário do Bairro Salgado, e vai haver o vaivém a partir do hangar da Secil, no Outão. São cinco pontos de partida e de chegada de autocarros para evitar o uso de automóveis ligeiros, sem prejuízo da circulação em duas rodas, bicicletas ou ciclomotores. Uma vez controlado o estacionamento nas bermas, desaparecendo isto, pode-se permitir a ida e volta até à Figueirinha e entre a Figueirinha e o Creiro impede-se o estacionamento. Pode-se ter acesso por Azeitão até à Figueirinha, onde há vaivéns permanentes. Como não há circulação automóvel circula o transporte coletivo permanente, portanto, ninguém fica impedido de acesso às praias, mas há soluções alternativas ao transporte coletivo, de bicicleta ou motociclo. Se calhar começámos ao contrário, podíamos fazer uma justificação ao Sr. Vereador que ainda não participou nestas discussões, mas os outros não têm desculpa, porque já participaram e viram como foi o lançamento do plano de mobilidade sustentável. Agora, porque é que a deliberação está aqui hoje? Ela já não vai entrar em vigor no início da época balnear por falta de tempo, vai haver 30 dias para discussão pública e vai ter de ir à Assembleia Municipal de junho. Portanto, só depois é que entra em vigor o sistema tarifado, mas penso que ainda podemos começar a fazer os impedimentos para os estacionamentos ilegais nas bermas. Já o sistema tarifado só vai entrar em vigor já dentro da época balnear. Não é uma coisa de quanto mais depressa possível. Isso é um argumento muito frouxo e que não cabe aqui. Este instrumento exige regulação e tem o período de auscultação pública. Essa é a razão por que vem à frente para ser decidido, posto à discussão pública e ser levado à Assembleia Municipal, e depois, ainda nesta época balnear, ser colocado em vigor para fazermos um teste sobre se estas soluções já são suficientes para eliminar riscos e facilitar o acesso às praias a todos. É isso que se pretende.

10. Deliberação n.º 115/18 – Proposta n.º 07/2018 – DOM – Empreitada “Requalificação do Parque Escolar – 3.ª fase” – Consulta prévia – Adjudicação

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 e 57, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 116/18 – Proposta n.º 07/2018 – DAAE/DIHU – Protocolo de Colaboração e Cooperação com a LISNAVE – Estaleiros Navais, S.A., Tico & Teco – Associação de Luta e Prevenção Contra o Abandono Animal e Multipet – Indústria e Comércio, Lda., no controlo da sobrepopulação de felídeos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. **Deliberação n.º 117/18 – Proposta n.º 09/2018 – DAAE/DIHU – Doação de verba ao Município**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. **Deliberação n.º 118/18 – Proposta n.º 40/2018 – DCED/DIDES – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação “A ONDA – Associação Orientadora para a Natação Desportiva em Azeitão” – Apoio financeiro no período de maio a agosto de 2018**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 61 e 62.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Relativamente esta proposta e reconhecendo a importância do trabalho desta associação ao nível da natação, nomeadamente em Azeitão, vou-me abster por uma razão simples. Sempre que vem uma proposta de apoio a esta associação o PSD tem solicitado as contas e até hoje nunca nos foram fornecidas, ou pelo menos recentemente. Nos últimos pedidos não foram fornecidas. Agora também não vêm as contas, e, portanto, vou-me abster, apesar de reconhecer a importância do trabalho que é realizado e da necessidade da realização do mesmo.

Sr. Vereador Pedro Pina – Começo por agradecer a questão que é colocada. Como deve calcular não é a Câmara Municipal que executa o relatório. Também só hoje é que recebemos o relatório de “A ONDA”. Não é verdade que isto nunca foi entregue. Gostaríamos de entregar isto durante a próxima semana e esperamos que esteja disponível porque ainda está em apreciação nos serviços do Desporto.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

14. **Deliberação n.º 119/18 – Proposta n.º 41/2018 – DCED/DICUL – Apoio ao Grupo Desportivo “O Independente”, pela participação no XIII Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63.

Sr. Vereador Fernando Monteiro – Só vou intervir para não poder parecer que há alguma incoerência da minha parte, porque sempre que vêm aqui apoios a associações peço o respetivo relatório de atividades. Neste caso vou votar favoravelmente porque se destina a um apoio específico que vem aqui relatado, e, portanto, do meu ponto de vista, não há necessidade do relatório.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 120/18 – Proposta n.º 09/2018 – GVRO/GABS – Aceitação de doações – Natal Solidário 2017 – Retificação da proposta n.º 01/2018/GVRO/GABS (Deliberação n.º 28/18)

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 121/18 – Proposta n.º 08/2018 – DAAE/DIAES – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2018

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

B) Período destinado à intervenção do público

Sra. Esperança Conceição – Ando há 22 anos à espera de uma casa, tenho vindo sempre à Câmara, mas não consigo resolver o problema. Tenho um filho com epilepsia e estou a viver na rua com a família. Esta doença agrava-se sempre nestas condições de tempo.

Sr. Vice-Presidente – Como sabe não podemos resolver este problema aqui e agora. Tal como a senhora, e infelizmente, há muitas pessoas nestas situações. Isto tem de ser tratado com os serviços de Habitação. O Sr. Vereador do Pelouro tomou nota da situação.

LGO, Lda. – Fizemos a obra da ampliação da Escola de Artes e Música Luísa Todi já há três anos, temos a haver um pagamento orçado em cerca de 60 mil euros, e esse capital faz-nos muita falta. Peço encarecidamente que tenham isto em consideração porque há muito tempo que esperamos o pagamento e estamos em dificuldade económica. Uma parte já nos foi sendo paga, mas falta o restante.

Sr. Vice-Presidente – A sua empresa é daquelas que entrou no pacote para o saneamento financeiro no Tribunal de Contas. Já falámos disto hoje e está na ponta final da decisão, ou sim, ou não. Com o sim é rápido, e se for não iremos resolver de acordo com a lista de coisas prioritárias que estão para pagar.

LGO, Lda. – Pedia que nos pagassem pelo menos os juros de mora, é o mínimo dos mínimos que podem fazer. O resto que falta são cerca de 40 mil euros.

Sr. Vice-Presidente – Creio que na próxima semana teremos resposta do Tribunal de Contas e o assunto vai-se perspetivar para aquele tempo de decisão. Assim que tivermos algum avanço os serviços financeiros vão logo contactá-lo.

Ripertec, Lda. – Venho em nome da empresa e dos trabalhadores para apresentar algo similar. Também realizámos alguns trabalhos e apesar de dizerem que o mercado está bom acontece que ele é muito competitivo. Temos estabelecido alguns contactos com a direção financeira para tentar receber alguns valores em atraso. Vim também há quinze dias atrás, na esperança de sermos ouvidos e atendidos. É uma pequena empresa que vive do seu trabalho. Somos só cerca de 15 trabalhadores, a grande parte deles são munícipes de Setúbal. Temos todo o gosto em trabalhar com o Município de Setúbal em boas parcerias profissionais e gostaríamos de continuar assim.

Sr. Vice-Presidente – A sua situação está melhor do que a anterior, porque já está em tratamento na contabilidade para pagamento até ao final deste mês.

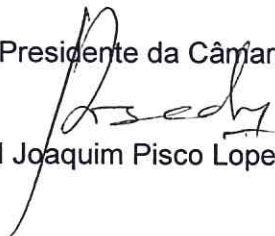
Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 66.

O Sr. Vice-Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara,



Manuel Joaquim Pisco Lopes

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 23 de maio de 2018, por unanimidade, contém 29 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Vice-Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro